

DISCUTINDO A LÓGICA DA AUTOPRODUÇÃO DE MORÁDIAS

A DISCUSSION ABOUT HOUSING SELF-PRODUCTION IN BRAZIL | DISCUTIENDO LA LÓGICA DE LA AUTOPRODUCCIÓN DE VIVIENDAS

PRISCILLA NOGUEIRA

RESUMO

O artigo apresenta a dinâmica da autoprodução de moradias, típicas de bairros periféricos de grandes metrópoles. Nessas áreas, vive uma variada e complexa classe média, fruto de sensíveis mudanças em curso na economia brasileira. Apesar de sempre terem construído e reformado suas moradias com poucos recursos, os autoprodutores são excluídos da construção formal e do contexto social para o qual arquitetos usualmente trabalham. Sem dinheiro vivo, mas com crédito aprovado, adquirem mais bens de consumo do que antes, mas continuam à margem das melhores oportunidades de educação e serviços e têm pouco ou nenhum conhecimento construtivo. Tradicionalmente, arquitetos são autores e edifícios são produtos acabados, uma lógica que não condiz com as necessidades dos autoprodutores. O trabalho dos Arquitetos da Família, desenvolvido em Belo Horizonte, entre 2008 e 2010, demonstrou que é possível aproximar arquitetos de autoprodutores populares. Ao mesmo tempo, apesar de ter avançado em relação à prática usual, a experiência revelou que o processo construtivo permaneceu dividido entre projeto, construção e uso. Os trabalhadores manuais permaneceram à margem do processo, apenas obedecendo a decisões prévias. Continuam operando como se estivessem em canteiros formais, cujo objetivo é o lucro, em situações onde o objetivo é o uso. Este artigo discute e questiona se é possível imaginar esquemas de trabalho que de fato integrem arquitetos, usuários e trabalhadores da construção na autoprodução de moradias.

PALAVRAS-CHAVE: Autoprodução de moradias. Bairros periféricos. Lucro. Trabalhadores manuais. Uso.

ABSTRACT

The paper presents the self-production of houses, typical of the outskirts of big cities. In these areas, a very varied and complex middle-class lives, the result of important changes in progress in the Brazilian economy. Although they have always built and renovated their homes with few resources, self-producers are excluded from the formal construction sector and from the social context in which architects usually work.

Without cash, but with credit financing, these people can acquire more consumer goods than before, but still have limited access to better services and educational opportunities. Traditionally, architects are authors and buildings are finished products, a logic that does not suit the needs of self-producers. The Arquitetos da Família work, developed in Belo Horizonte, Brazil, between 2008 and 2010, demonstrated that it is possible to approximate architects and popular self-producers. At the same time, despite having advanced in comparison with the usual practice, experience has shown that the construction process remained divided among design, build and use. Manual workers remained on the outer fringe of the process, simply obeying previously taken decisions and superior's orders. They continue operating as though they were on formal building sites, where the goal is profit-making, in situations in which the objective the use. This article discusses the issue and asks whether it is possible to imagine expedient schemes of work, capable of integrating architects, users and construction workers, in order to increase the self-production of homes.

KEYWORDS: Self-production of houses. Outskirts. Profit-making. Manual workers. Use.

RESUMEN

El artículo presenta la dinámica de la autoproducción de viviendas, típicas de barrios periféricos de grandes metrópolis. En esas áreas, vive una variada y compleja clase media, fruto de sensibles cambios en curso en la economía brasileña. A pesar de que siempre hayan construido y reformado sus viviendas con pocos recursos, los autoprodutores se excluyen de la construcción formal y del contexto social para el que arquitectos usualmente trabajan. Sin dinero en efectivo, pero con crédito aprobado, adquieren más bienes de consumo que antes, mas continúan al margen de las mejores oportunidades de educación y servicios y tienen poco o ningún conocimiento constructivo. Tradicionalmente, arquitectos son autores y edificios son productos acabados, una lógica que no condice con las necesidades de los autoprodutores. El trabajo de los Arquitectos de la Familia, desarrollado en Belo Horizonte, entre 2008 y 2010, demostró que es posible aproximar arquitectos de autoprodutores populares. Al mismo tiempo, a pesar de haber avanzado con relación a la práctica usual, la experiencia reveló que el proceso constructivo permaneció dividido entre proyecto, construcción y uso. Los trabajadores manuales permanecieron al margen del proceso, solamente obedeciendo a decisiones previas. Continúan operando como se estuviesen en obras formales, cuyo objetivo es el lucro, en situaciones donde el objetivo es el uso. Este artículo discute y cuestiona si es posible imaginar esquemas de trabajo que de hecho integren arquitectos, usuarios y trabajadores de la construcción en la autoproducción de viviendas.

PALABRAS-CLAVE: Autoproducción de viviendas. Barrios periféricos. Lucro. Trabajadores manuales. Uso.

ENTENDENDO QUEM SÃO E ONDE ESTÃO

Grande parte do espaço construído das metrópoles brasileiras é fruto de processos de autoprodução e de autoconstrução em favelas e bairros populares. Favelas são uma imagem recorrente na mídia e atraem os olhares do mundo todo pelas suas ambiguidades e contradições. Este artigo desvia-se das favelas para tratar da produção do espaço, ou mais propriamente, da produção de moradias em bairros periféricos de grandes cidades, em sua maioria, produzidas pelos próprios moradores.

Ao mesmo tempo em que não são necessariamente parte da “ralé”¹ (Souza, 2011), os habitantes da periferia também não são parte da classe média tradicional, chamada por vários institutos de pesquisa de “classe B”. Para caracterizar os autoprodutores por meio de suas práticas sociais e não pela renda ou pelas porções do território que ocupam, propõem-se utilizar o termo popular para caracterizar as periferias dos grandes centros urbanos e sua população. Curiosamente, o verbete foi utilizado pelo arquiteto Weimer (2005, p.xl) ao definir a chamada “Arquitetura Popular Brasileira”, como “Aquele que é própria do povo e por ele é realizada”:

O termo mais apropriado em nosso entender é popular, que, em sua origem latina, quer dizer *populus*, que designava o conjunto dos cidadãos, que excluía, por um lado, os mais privilegiados, os patrícios a quem estava reservada a representação no senado, e, por outro lado, os menos afortunados, a plebe, dos despossuídos. Portanto, em seu sentido mais direto, significa aquilo que é próprio das camadas intermediárias da população. Essa definição parece ser extremamente atual e muito feliz: exclui a arquitetura realizada para as elites — denominada erudita — e a dos excluídos, em que, modernamente, se tem usado o termo favela e outros termos assemelhados.

É importante compreender como essas áreas urbanas surgiram, em meados do século XX, e se consolidaram. Um aspecto é a expulsão dos pobres do centro para a periferia. Pressionados pelo elevado preço da terra, os trabalhadores urbanos pobres, que “viviam de salário” (o salário-mínimo brasileiro foi instituído em 1936), não podiam custear uma moradia nas áreas centrais, mas ganhavam o mínimo necessário para financiar a compra de um lote ou de uma modesta casa em loteamentos distantes ou para construir um barraco nas favelas que acabavam de surgir. Muitos dos novos bairros localizados nas áreas de expansão das grandes cidades, mesmo legalmente formalizados, ainda não dispunham de infraestrutura básica, como água encanada e esgoto, pavimentação e iluminação pública. Isso nunca foi um grande problema para as famílias da periferia que, com seu lote comprado, podiam assim construir as suas próprias moradias com a ajuda de amigos e parentes nos finais de semana. Outra questão importante é o modelo de transporte público sobre rodas, adotado no Brasil a partir dos anos 1930 e que ainda

predomina. Esse modelo reforça a ideia dos loteamentos periféricos, pois viabiliza, ainda que de modo precário, a permanência dos trabalhadores pobres longe das áreas centrais. O transporte por ônibus é capaz de vencer grandes distâncias e contribui para o avanço e a consolidação da indústria automobilística e das demais indústrias correlatas (asfalto, autopeças, acessórios), além de criar a demanda por grandes obras de engenharia, como a construção de estradas, túneis e viadutos. Esse modelo de transporte vem contribuindo essencialmente para o chamado “desenvolvimento econômico”, responsável por mudar a economia brasileira e que, definitivamente, tem tido enorme influência na dinâmica de crescimento das cidades desde então.

Assim se consolidaram os loteamentos periféricos, onde vive também uma grande população atualmente tida como um dos pilares da economia brasileira. Essa população vem atraindo a atenção de políticos, empreendedores e da mídia nacional e internacional pelo imenso poder econômico que representa. Conquistar a atenção desse público é ter consigo 54% da população brasileira, cerca de um quarto da população da América do Sul. Investigar como se dão a produção do espaço e as práticas sociais desse público é tarefa extremamente oportuna.

Desde o início dos anos 2000, o Brasil vem passando por mudanças socioeconômicas imensamente significativas que criam a falsa percepção de que o País está entrando para o time dos países desenvolvidos. Isso decorre da consideração de que, tomando por critério de classificação a renda das famílias, a população de classe média está aumentando e a de classe baixa diminuindo. A pirâmide social parece, aos poucos, se inverter. As camadas médias, genérica e grosseiramente denominadas pela imprensa de “nova classe média brasileira” ou “classe C”, de fato têm ascendido economicamente, tanto pelo aumento da oferta de empregos formais e informais, quanto pelas facilidades do acesso a créditos em financiamentos públicos e privados. Porém, a verdade é que essa população não ascende nem intelectualmente nem culturalmente, permanecendo à margem das melhores oportunidades de emprego e educação, ao mesmo tempo em que mantém altos os níveis de consumo de bens duráveis. Essa falsa sensação serve para encobrir desigualdades sociais cada dia mais graves.

A nova classe dinâmica do capitalismo brasileiro trabalha de 10 a 14 horas por dia, tem dois ou mais empregos, estuda à noite enquanto trabalha de dia e vive para trabalhar e para consumir um pouco daquilo que não podia antes. [...] essas pessoas vêm de famílias estruturadas com forte ética do trabalho duro e da perseverança. Ao contrário da classe média real, por outro lado, eles possuem pouco capital cultural incorporado, o que a faz portadora de um estilo de vida e de um padrão de consumo que nada tem a ver com a classe média estabelecida (Souza, 2010a, p.7).

Mais do que pela renda, essa população se diferencia tanto das elites quanto da classe baixa pela posse ou pela falta dos chamados capitais (Bourdieu, 2008), que são recursos e

bens materiais ou simbólicos que conferem poderes e *status* às pessoas, como diplomas, dinheiro, contatos sociais e, claro, objetos de consumo, como imóveis, carros, roupas e acessórios de grife. Por exemplo, uma pessoa pode ter baixo capital intelectual, ou seja, não ter diplomas e títulos, mas ter alto capital econômico, dinheiro ou outro recurso financeiro. A posse e a falta de capitais definem as práticas sociais das pessoas, e, desse modo, sua ascensão social (ou sua queda). Essa dinâmica é que dá origem a várias peculiaridades daqueles que estão entre as elites, ou a chamada classe média alta, e os excluídos, a “ralé”.

Para essa tal “nova classe média”, residir na periferia é o único modo de manter um vínculo com as oportunidades de trabalho oferecidas nos grandes centros urbanos, onde ainda se encontram as melhores opções de educação, saúde e serviços, e vislumbrar a possibilidade de ter moradia própria, ainda que financiada ou autoproduzida. A autoprodução ocorre quando os próprios moradores reformam ou constroem suas moradias sem o auxílio de técnicos, como engenheiros e arquitetos (Kapp *et al.*, 2006). Eles próprios tomam a frente do processo, decidindo sobre os espaços, comprando os materiais, coordenando os recursos e o tempo, mas sem necessariamente efetuar o trabalho manual. Os bairros populares são lugares tipicamente autoproduzidos (Figura 1).

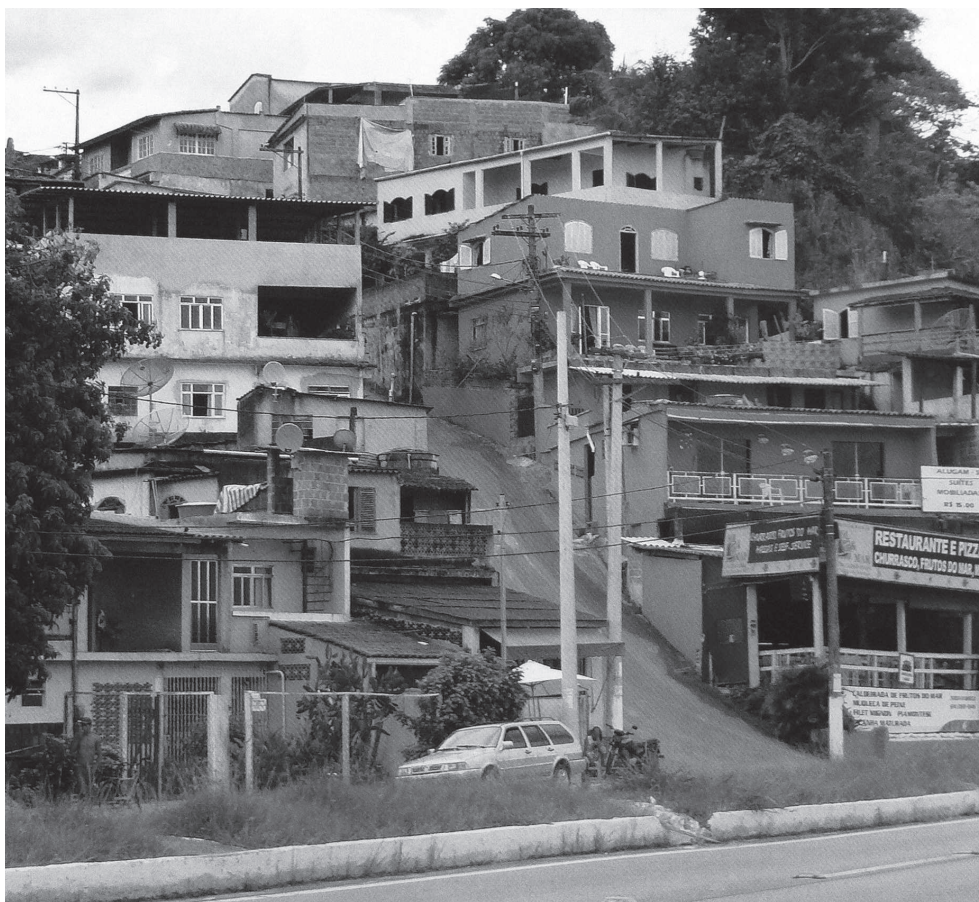


FIGURA 1 – Moradias autoproduzidas em bairro popular.
Fonte: Barreto *et al.* (2010, p.25).

Os moradores de bairros populares sempre conseguiram, de algum modo, produzir suas próprias casas e as sucessivas mudanças ao longo do tempo. Atualmente, no Brasil, adquire-se todo tipo de mercadorias por meio de financiamentos. Sem dinheiro vivo, mas com crédito aprovado, as pessoas têm o poder de consumo ampliado e podem adquirir desde eletrodomésticos e automóveis até imóveis. Podem comprar materiais de construção e ter acesso a universidades privadas. Apesar de poderem adquirir mercadorias e alguns serviços especializados, os autoprodutores continuam sem acesso aos serviços de um arquiteto, um engenheiro civil ou algum outro profissional de nível técnico. Portanto, não há nenhum tipo de planejamento formal que gerencie custos, recursos e tempo ou que preveja e avalie as consequências das futuras modificações nas moradias. Não seria exagerado afirmar que a autoprodução, mal ou bem, supre, na figura das construtoras e do sistema bancário, uma demanda quase que esquecida pela produção formal de moradias. Apesar da ampliação do crédito, as linhas de financiamento habitacional oferecidas pela Caixa Econômica Federal têm como foco a aquisição de moradias novas, produzidas em larga escala, e não reformas e pequenas obras. A Caixa oferece apenas uma modalidade de financiamento para autoprodutores. O Programa Aquisição de Material de Construção, o chamado Construcard, é o único que vem ao encontro dessa demanda (Ricardo, 2008). O empréstimo é desburocratizado e o processo, relativamente rápido.

O afastamento entre a produção formal de moradias e a informalidade da autoprodução reflete a distância entre arquitetos e autoprodutores populares. Entre esses dois polos, há um verdadeiro abismo social. Para o autoprodutor, o arquiteto, cujo trabalho é projetar mansões e grandes construções, ainda é o profissional das elites. Já os autoprodutores precisam construir pequenas ampliações e resolver defeitos construtivos. Para isso, contam somente com o auxílio de amigos, conhecidos e outros profissionais da construção, como pedreiros, eletricitistas, bombeiros etc.

Dessa forma, pode-se afirmar que autoprodutores são, em sua maioria, excluídos do setor da construção formal e, conseqüentemente, do contexto social para o qual usualmente os arquitetos trabalham no Brasil e também no exterior. Sem assistência técnica, são poucos os autoprodutores que conseguem criar soluções construtivas criativas e aproveitar bem o espaço disponível. Na grande maioria das situações, há uma carência geral de conhecimento de construção tanto no que se refere à escolha e ao uso correto de materiais quanto ao domínio das técnicas construtivas. A Figura 2 mostra a parede externa de uma moradia autoproduzida. Não há vergas nem contravergas para estruturar os vãos das janelas. É bastante provável que, num futuro próximo, apareçam trincas tanto na base quanto nas laterais superiores das janelas. A água da chuva pode entrar pelas frestas e enferrujar as esquadrias.

É justamente nesse hiato que arquitetos poderiam se inserir, informando autoprodutores e trabalhadores da construção. Porém, os arquitetos, principalmente os mais jovens, vem sofrendo uma grande carência por conhecimento construtivo. Em primeiro lugar, a maioria das disciplinas de projeto nas escolas de arquitetura se dedica à proposição



FIGURA 2 — Parede externa — ausência de verga. Região Metropolitana de Belo Horizonte.
Fonte: Arquivo pessoal (2008).

de espaços de grande porte e grandes intervenções urbanas. Os alunos raramente chegam a desenvolver e detalhar os projetos, permanecendo na fase de estudo preliminar. Assim, os projetos não passam de abstrações, completamente descomprometidas com os processos construtivos. Há pouca ou quase nenhuma carga horária voltada para fundamentos básicos da construção ou para atividades em canteiro de obras. Não é por acaso que grande parte dos arquitetos se mantém alheios à obra, restringindo-se ao trabalho intelectual e focados na produção de desenhos e imagens.

De fato, arquitetos são historicamente treinados para trabalhar com obras extraordinárias para clientes abastados e instituições e cultivam um gosto de classe próprio de seu grupo social, isto é, próprio de seu campo — espaço social onde se dão as práticas dos diferentes grupos sociais (Bourdieu, 2008). Porém, a prática profissional dos arquitetos não vai ao encontro das necessidades habitacionais de autoprodutores: pequenas construções, mudanças, reformas e soluções rápidas para problemas espaciais e construtivos corriqueiros. Arquitetos e autoprodutores fazem parte de diferentes campos, de diferentes espaços sociais.

É incoerente, entretanto, supor que arquitetos continuem restringindo seu trabalho a projetos extraordinários. Belo Horizonte, por exemplo, tinha, nos anos 1960, uma única escola de arquitetura, que formava por ano cerca de 80 arquitetos. Hoje, a cidade, com cerca de 2 milhões de habitantes, conta com 7 cursos de arquitetura e urbanismo, que formam anualmente mais de 600 profissionais. Aos poucos, a arquitetura vem se tornando uma ocupação mais comum do que no passado, e, timidamente, nota-se que arquitetos vêm começando a trabalhar com demandas populares. Entretanto, infelizmente, a maioria das iniciativas ainda é isolada e enfrenta conflitos de diferentes naturezas.

Uma dessas iniciativas foi a experiência dos Arquitetos da Família, relatada na dissertação de mestrado “*Práticas de Arquitetura para Demandas Populares*”, concluída no ano de 2010 (Nogueira, 2010). A pesquisa se inicia com o objetivo de investigar práticas de arquitetura que pudessem atender demandas construtivas e espaciais populares. Durante 11 meses, 8 arquitetos, chamados de Arquitetos da Família, uma analogia aos Médicos da Família e aos *Arquitectos de Familia* argentinos, trabalharam com mais de 30 famílias de bairros populares de Belo Horizonte e região metropolitana. A investigação teve como base metodológica o trabalho do arquiteto argentino Rodolfo Livingston, descrito em “*Arquitectos de familia: el metodo — arquitectos de la comunidad*” (Livingston, 2006), uma importante referência para o atendimento e auxílio técnico-construtivo de famílias populares em Cuba. A prática de Livingston, estudada e revisitada na referida pesquisa de mestrado, é descomprometida com a prática arquitetônica tradicional e desconsidera o arquiteto como único autor e as construções como peças de arte ou como obras acabadas. Um dos objetivos da investigação de mestrado era testar se as pessoas acessariam um serviço de arquitetura (popular e não tradicional) assim como acessam outros serviços cotidianos, como os de um técnico em informática, de um electricista ou mesmo de um médico. Para isso, publicaram-se os serviços dos Arquitetos da Família em jornais de bairro de Belo Horizonte (Figura 3).

FIGURA 3 – Anúncio Arquitetos da Família em jornal de bairro de Belo Horizonte.

Fonte: Arquitetos da família (2009).

Nota: No jornal, nota-se que o serviço do arquiteto se equipara a um serviço como outro qualquer.

A referida pesquisa inspirou-se no trabalho dos *Arquitectos de la Comunidad*, um grupo de profissionais latinoamericanos encabeçados por Rodolfo Livingston e pela arquiteta venezuelana Selma Díaz, durante os anos 1990, em Cuba. Sua tarefa era garantir suporte técnico em reformas e rearranjos a fim de contornar a carência de moradias na ilha, já que, por causa do regime socialista, não havia mercado imobiliário ou renovação habitacional que acompanhasse o crescimento populacional. Segundo os relatórios do grupo, cerca de 170 mil famílias foram atendidas entre os anos de 1994 e 2000 (Diaz, 2002). Curiosamente, Rodolfo Livingston e os *Arquitectos de la Comunidad* são quase desconhecidos no campo da Arquitetura no Brasil. Na Argentina, Livingston é famoso por sua figura polêmica e carismática e não por ser um arquiteto de sucesso. Atualmente, após alguns anos no escuro, o movimento em torno do resgate, da valorização e da consolidação do trabalho dos *Arquitectos de la Comunidad* tem crescido na América do Sul, principalmente na Argentina e no Uruguai.

Comprovou-se com os atendimentos dos Arquitetos da Família que, apesar de a concepção e as discussões terem sido de fato compartilhadas entre arquitetos e usuários, o processo como um todo ainda permaneceu fragmentado, dividido entre concepção, obra e uso. Só há integração entre moradores e arquitetos. Os executores, trabalhadores manuais, não participam da concepção arquitetônica. O fazer continua alheio a decisões prévias. Isso foi verificado não somente na experiência brasileira, mas também na prática dos *Arquitectos de Familia* argentinos e em experiências em outros países. As investigações desenvolvidas pela pesquisadora inglesa Flora Samuel revelam que muitos autoprodutores britânicos preferem não contratar os serviços de um arquiteto não somente por suspeitarem ser um serviço oneroso, mas também por imaginar que arquitetos, aqueles que “pensam” ou que se ocupam do trabalho intelectual, não se ocupariam da obra. Sua opção é contratar um técnico, que além de executar, ainda auxiliariam na concepção, oferecendo, ainda que informalmente, ideias e dicas (Samuel, 2008).

É fundamental fazer uma distinção entre a produção institucionalizada de moradias realizada com participação popular e a autoprodução doméstica de moradias, realizada por cada família com recursos próprios e sem o apoio, técnico ou financeiro, de instituições. A produção coletiva de habitações em mutirões e outros arranjos cooperativos no Brasil é geralmente encabeçada por associações de moradores que dispõem de certa estrutura organizacional e algum corpo técnico. Essa prática vem sendo exaustivamente estudada por arquitetos e planejadores, principalmente no que se refere às metodologias possíveis de participação dos usuários nas decisões de projeto (Palhares, 2001; Malard *et al.*, 2002; Malard & Santos, 2006). Mutirões autogeridos até representam um avanço em relação a uma prática de arquitetura essencialmente heterônoma. Porém, esses arranjos são coletivos, não se referindo à produção doméstica individual, família a família.

A autoprodução de construções domésticas permanece pouquíssimo explorada pelo campo da arquitetura contemporânea. Poucos autores a reconhecem como arquitetura ou mesmo chegam a realizar uma crítica da prática da arquitetura ou da estrutura da produção. A *“Teoria dos Suportes”*, de Habraken (1979), por exemplo, trata de uma metodologia de projeto que facilita a prática do arquiteto, mas que não se aplica à realidade da indústria da construção brasileira e nem dos serviços disponíveis aos nossos autoprodutores. Práticas descritas por Hamdi (2004) e Jones *et al.* (2005) exploram intervenções em espaços populares, não domésticos, frutos de iniciativas coletivas interdisciplinares e participativas. Ainda que busquem um novo sentido para a produção do espaço pela participação popular, não abordam a autoprodução doméstica.

Um autor que se aproxima do tema da autoprodução popular de moradias e questiona o esquema da produção é o austríaco radicado nos Estados Unidos Christopher Alexander. Segundo a chamada *“Linguagem dos Padrões”* (Alexander *et al.*, 1977), arquitetos devem ser coadjuvantes na construção, trabalhando como auxiliares técnicos a usuários. Alexander propõe padrões de construção a partir dos quais o usuário escolhe

tipologias construtivas e espaciais pré-definidas. Assim, usuários escolheriam entre os padrões disponíveis para criar e construir seus próprios espaços. Em 1985, o arquiteto coloca sua teoria à prova na construção de um grupo de moradias no norte do México (Alexander, 1981). Cada família pôde construir sua própria moradia, utilizando-se não somente da estrutura dos padrões, mas também de outras ferramentas, como diagramas, tabelas e desenhos, e de seus próprios conhecimentos e experiências. A partir desse trabalho, Alexander assume que não há como produzir moradias que fujam da rigidez e da monotonia espacial da produção em massa que sejam de fato comprometidas com qualidade espacial, racionalidade construtiva e economia e que, ao mesmo tempo, levem em conta as necessidades dos usuários. Para isso, seria essencial uma mudança na estrutura da produção, cujos princípios seriam definidos de acordo com os usuários, os verdadeiros protagonistas do processo.

Mesmo tendo tirado o arquiteto e sua obra do centro da discussão, assim como fez Alexander, a experiência dos Arquitetos da Família mostrou que a relação entre arquitetos e usuários com os trabalhadores da construção segue o padrão dos canteiros formais, nos quais o trabalho também é fragmentado e a produção obedece a hierarquias e protocolos rígidos. Neles, o objetivo final é a obtenção de lucro financeiro por meio da exploração do trabalho no canteiro. O desenho técnico, nesse caso, é o mediador dessa exploração e um dos componentes que asseguram o trabalho dividido (Ferro, 2006). Já na autoprodução, as pessoas produzem e constroem suas próprias moradias para si mesmas, agregando, portanto, “Unidades de trabalho e não de inversão de capital” (Kraychette, 2006, p.9). Diante disso, é incoerente pensar que os trabalhadores da construção e a própria autoprodução continuem operando sob uma lógica cujo objetivo final é o lucro, em situações cujo valor fundamental é o uso. Ainda outro importante aspecto da autoprodução é a escala adequada para sua realização. A produção em massa só faz sentido na produção para o lucro, ao contrário da autoprodução, que essencialmente acontece em pequena escala.

É necessário, por isso, insistir nas virtudes da pequenez — onde esta cabe. A questão de escala pode ser posta sob outra forma [...]. Para cada atividade há uma certa escada apropriada, e quanto mais ativa e íntima a atividade, menor o número de pessoas que podem participar e maior o número de tais arranjos de relacionamento que têm que ser estabelecidos (Schumacher, 1981, p.56).

A experiência dos Arquitetos da Família ainda sinalizou para o fato de que o êxito (ou o fracasso) das obras e o grau de (in)satisfação dos usuários relacionaram-se diretamente ao grau de envolvimento dos trabalhadores manuais em todo o processo. É importante enfatizar que, em muitas situações, geralmente em reformas, o projeto foi totalmente repensado em virtude das observações, ideias e descobertas somente realiza-

das pela equipe de obra. Em canteiros tradicionais, isso implicaria paralisar o processo, refazer o projeto, elaborar adendos contratuais, além de mais gastos. Curiosamente, em vez de desgastantes e cansativos, essas situações foram instigantes e extremamente frutíferas para todos os participantes do processo. Porém, a interferência da mão de obra, tão benéfica, aconteceu tardiamente e sem nenhum tipo de sistematização. Ainda se desperdiçou muito tempo, recursos financeiros, humanos e materiais. Relações horizontais entre arquitetos e usuários já demonstraram ser possíveis, mas e a relação entre eles e os trabalhadores da construção? Talvez a pergunta seja outra: é possível pensar em esquemas diferentes de produção coerentes com a autoprodução de moradias?

COMPARAÇÕES E POSSIBILIDADES

Para refletir sobre a dinâmica da autoprodução de moradias e considerar possibilidades de melhorar e incrementar essa prática, será brevemente caracterizada a metodologia dos processos de construção heterônomos, próprios dos canteiros formais, e também dos processos realizados sob o método dos Arquitetos da Família.

Os processos heterônomos tradicionais são próprios da construção civil formal, praticados por empreiteiras, construtoras e escritórios de arquitetura. São processos fragmentados e sequenciais e, via de regra, dividem-se entre a fase de projeto, na qual ocorre a tomada de decisões, e a fase da obra, a construção propriamente dita, geralmente realizada por empresas de engenharia. Após a finalização da obra, começa o uso, à parte do processo. Essa lógica tem como objetivo a geração de lucros com a exploração do trabalho (de arquitetos, de engenheiros e de trabalhadores da construção) na produção e venda de mercadorias (projetos e construções). O esquema (Figura 4) ilustra esse mecanismo.

A fase de projeto se refere somente ao trabalho intelectual, de responsabilidade de arquitetos e engenheiros. Arquitetos criam um objeto pronto, pouco aberto a interferências, e assim registram sua autoria. Os usuários são tratados como clientes. Sua participação se restringe ao fornecimento de informações que devem compor a caracterização de uma

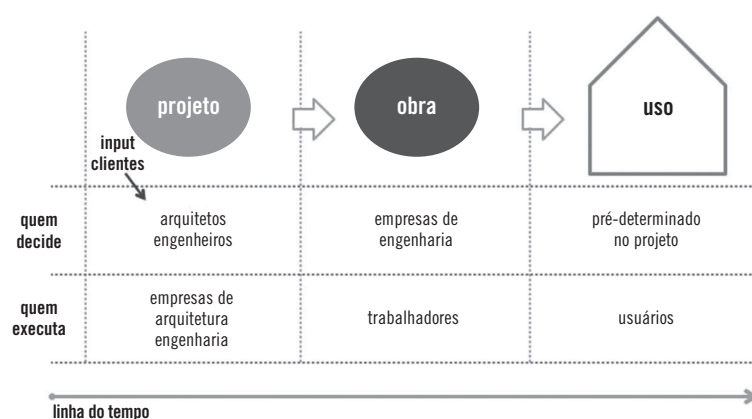


FIGURA 4 – Processo de construção heterônomo. Fonte: Elaborado pela autora (2012).

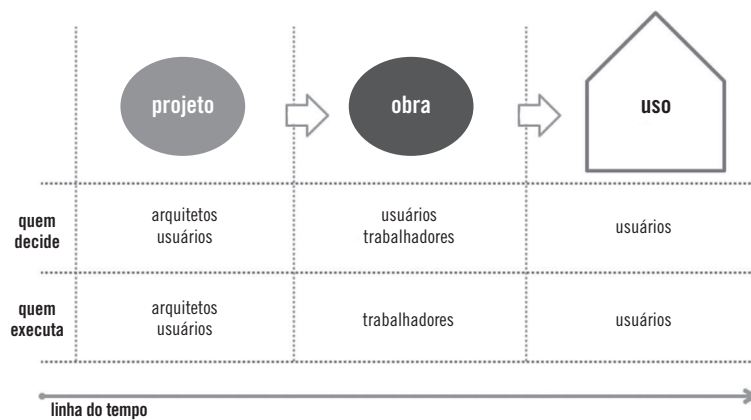


FIGURA 5 – Processo de construção dos Arquitetos da Família. Fonte: Elaborado pela autora (2012).

demanda, que os arquitetos devem interpretar. Os trabalhadores não têm nenhum poder de decisão nem sobre o projeto nem sobre a obra, pois sua função se restringe a executar o trabalho manual de acordo com os projetos já finalizados e com as ordens da engenharia.

Práticas de arquitetura alternativas às tradicionais, como a dos Arquitetos da Família, tentam responder às críticas em relação às práticas arquitetônicas convencionais, típicas de processos heterônomos. O esquema (Figura 5) demonstra que a prática projetual se diferencia do caso anterior porque é realizada por arquitetos e usuários conjuntamente. Apesar dessa diferença, ela continua parte de um processo fragmentado.

Por um lado, o projeto é compartilhado entre arquitetos e usuários; por outro, raramente há a participação de outros profissionais da construção. A alocação e o gerenciamento da mão de obra e dos recursos, as etapas de obra e a escolha das soluções técnico-construtivas são decididas somente após a suposta conclusão do projeto. A partir daí, a obra é realizada pelos trabalhadores da construção e pelos próprios usuários, com elevado grau de informalidade.

Apesar de não questionar a obra e seus aspectos sociais, organizacionais e técnicos, a metodologia dos Arquitetos da Família altera a lógica da concepção arquitetônica. Demonstrou-se que é possível usar da informalidade como um benefício, abandonar protocolos excessivos e incluir o morador no processo de uma maneira ativa (Nogueira, 2010). Todos os procedimentos burocráticos próprios do projeto convencional perdem o sentido, pois a prática é compartilhada entre arquitetos e usuários. Ambos têm tarefas e ganhos. O ritmo do trabalho é ditado pelas necessidades do morador, tanto de cronograma quanto financeiras. Em vez de produtos prontos, impressos em papel especial e apresentados ao cliente com certo grau de formalidade, são apresentadas ideias parciais, produzidas com qualquer instrumento (físico ou digital) e com linguagem simplificada.

A Figura 6 mostra uma maquete desmontável, contendo medidas e simulações de materiais feitas com lápis de cor e diferentes tipos de papéis. O modelo foi produzido com

materiais simples e de baixo custo. Com a ajuda de interfaces adequadas, os moradores se sentem à vontade para interferir no processo, que, dessa maneira, não se fragmenta como no processo heterônomo, mas se flexibiliza e se desburocratiza. Os serviços do arquiteto se tornam mais acessíveis e a prática se torna condizente com as demandas do público popular. Além disso, outra diferença fundamental: o autoprodutor reforma e constrói com a finalidade do uso e não do lucro.

É importante, porém, observar que os Arquitetos da Família se dedicam a resolver o problema do arquiteto com seus clientes sem atacar os problemas do processo da auto-produção mais amplamente, o que envolveria a projeção não como ponto principal, mas como parte de um processo maior. Houve, de fato, algum avanço: os serviços do arquiteto se tornam acessíveis e a troca de experiências e saberes substitui a autoria. Porém, a participação dos trabalhadores do canteiro permanece restrita ao trabalho manual, sem a possibilidade de incluí-los nas discussões iniciais. Isto é, essa prática, enquanto alternativa à convencional, acaba não se distanciando tanto da heteronomia dos canteiros formais. O que se conseguiu foi resolver certos conflitos do arquiteto no trato com um novo tipo de cliente: o popular. A inclusão dos trabalhadores em todo o processo é urgente para a autoprodução, principalmente tendo em vista sua dinâmica peculiar, que já inclui os trabalhadores nas discussões e decisões, mas com total ausência de sistematização e com mais perdas do que ganhos.

O conhecimento adquirido por experiência nos canteiros de obra está se extinguindo e as técnicas construtivas, antes transmitidas por gerações, estão se perdendo. A preferência dos jovens da “classe C” é por profissões cujo trabalho seja menos pesado, mais limpo (Souza, 2010b) e com possibilidades, ainda que remotas, de ascensão social. O trabalho da construção civil é estigmatizado, “só serve para pobre” e “para gente sem estudo”. De fato, a grande maioria dos trabalhadores da construção civil vem das camadas mais baixas da população, com baixa escolaridade e com grande necessidade de geração de renda. Atualmente, a indústria da construção brasileira, impulsionada pelo crescimento econômico, absorve esses trabalhadores em serviços repetitivos e alienantes, sem treiná-los ou qualificá-los minimamente. Os canteiros, extremamente hierarquizados, raramente funcionam como fonte de conhecimento. Essa situação é ainda reforçada pelo predomínio do uso do cimento e do concreto armado como material de construção (Santos, 2008). Técnicas de construção não se aplicam a qualquer situação, mas acabam sendo reproduzidas irrefletidamente, o que ocasiona desperdícios, erros e riscos. O trabalhador da construção civil formal é o mesmo que ora ou outra se dedica a trabalhos autônomos

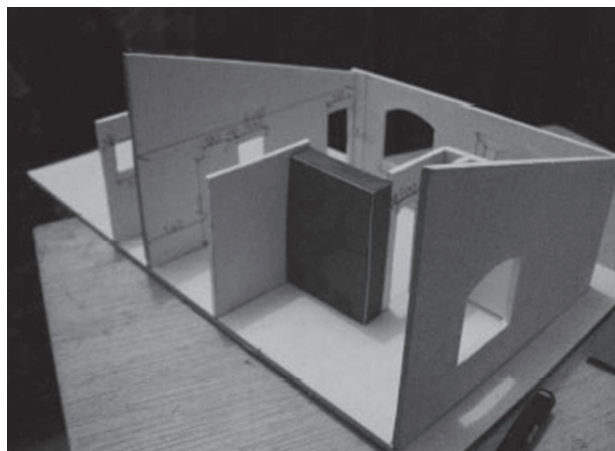


FIGURA 6 – Maquete desmontável elaborada por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-MG, no atendimento de clientes reais.
Fonte: Arquivo pessoal (2011).

e que vai servir aos autoprodutores, que só podem contar com o “pessoal de obra”, já que não têm acesso aos serviços de um arquiteto nem de qualquer tipo de assistência técnica.

Acredita-se que seja possível desenvolver métodos mais coerentes e eficientes para a autoprodução e que estejam comprometidos com o processo inteiro da construção e que de fato integrem projeto, construção e uso. A hipótese é a de que, dessa maneira, os agentes da construção possam trabalhar de maneira colaborativa.

Diante da dinâmica própria da autoprodução, não faz sentido desvincular atendimentos de projetos nem projetos de obras. Todos esses passos fazem parte de um mesmo pacote. Não obedecem a um ordenamento sequencial, como na produção formal, e nem a hierarquias. Todos os agentes nesse caso seriam parceiros na realização do produto final que, em vez de ser um projeto, seria de fato a construção (Nogueira, 2010, p.168).

O canteiro heterônomo tem como objetivo o lucro e não o uso. Empresas cujo objetivo final não é o lucro financeiro, mas o alcance de ganhos sociais, são chamadas empresas solidárias, que assumem a forma legal de cooperativas, unidades típicas da chamada Economia Solidária. Esse tipo diferente de pensar e praticar economia tem como base a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção. Um dos seus objetivos é promover o desenvolvimento de determinados grupos ou alcançar objetivos comuns aos seus membros, sem se comprometer com o ganho de lucros individuais (Singer, 2002). No Brasil, porém, o tema é explorado ainda de maneira pouco crítica e pouco criativa. Muitos empreendimentos solidários acabam funcionando apenas como uma resposta imediata às necessidades de subsistência não atendidas pelos empregos formais ou pelos subempregos do mercado informal, funcionando apenas como uma maneira de complementar a renda mensal. A questão não é garantir sustento aos trabalhadores da construção, mas direcionar práticas colaborativas para um setor muito específico da economia e da construção civil, com imenso poder econômico e pouquíssimo conhecimento. Não se sabe ainda se essa outra forma de organização do trabalho tomará a forma de uma cooperativa ou de outro arranjo de empresa solidária. O importante é ter em mente a natureza da autoprodução e tentar desenvolvê-la a partir de suas próprias ambiguidades e contradições. Para isso, uma questão fundamental é o empoderamento técnico de todos os agentes. Espera-se com isso alcançar objetivos paralelos, relacionados principalmente à qualidade dos espaços produzidos, à autonomia do usuário e dos trabalhadores e ao contínuo desenvolvimento e evolução das práticas de arquitetura.

NOTAS

1. O termo “ralé” foi corajosamente utilizado pelo sociólogo brasileiro Jessé de Souza em “*A ralé brasileira: quem é e como vive*”, recentemente publicado. Nesse livro, o autor investiga as origens socioeconômicas e culturais dos excluídos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. *A pattern language*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1977.
- ALEXANDER, C. *El modo intemporal de construir*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981.
- ARQUITETOS da família. *Free Folder*, v.1, n.12, p.1, 2009.
- BARRETO, I.S. et al. *Arquitetura popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- DIAZ, S. *Promesha: cuaderno de análisis — el arquitecto de la comunidad en Cuba*. Habana: [s.n.], 2002.
- FERRO, S. O canteiro e o desenho, 1976. In: FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.105-202.
- HABRAKEN, N.J. *El diseño de soportes*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1979.
- HAMDI, N. *Small change*. London: Earthscan, 2004.
- JONES, P.B.; PETRESCU, D.; TILL, J. (Ed.). *Architecture and participation*. New York: Spon, 2005.
- KAPP, S.; BALTAZAR DOS SANTOS, A.P.; VELLOSO, R.C.L. Morar de outras maneiras: pontos de partida para uma investigação da produção habitacional. *Topos*, v.4, p.34-42, 2006.
- KRAYCHETTE, G. *Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social*. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2006.
- LIVINGSTON, R. *Arquitectos de familia: el metodo — arquitectos de la comunidad*. Buenos Aires: Nobuko, 2006.
- MALARD, M.L. et al. Avaliação pós-ocupação, participação de usuários e melhoria de qualidade de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica. In: ABIKO, A.K.; ORNSTAEIN, S.W. (Org.). *Inserção urbana e avaliação pós-ocupação de habitação de interesse social*. Rio de Janeiro: Finep, 2002. p.243-267.
- MALARD, M.L.; SANTOS, A.P.B. Residencial Serra Verde: participative design process and self-management of low-income housing construction in Belo Horizonte, Brazil. In: ASSOCIATION FOR COMMUNITY DESIGN ANNUAL CONFERENCE, 2006, Los Angeles. *Proceedings...* Washington: ACD, 2006. p.23-34.
- NOGUEIRA, P.S. *Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência dos arquitetos da família*. 2010. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- PALHARES, S.R. *Variantes de modificação em habitação popular do espaço planejado ao espaço vivido; estudo de caso: conjunto habitacional esperança*. 2001. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- RICARDO, E. *Análise do programa aquisição de material de construção voltado para população de baixa renda*. 2008. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SAMUEL, F. Suburban self built. *Field: Alternative Currents*, v.2, p.111-123, 2008.

SANTOS, R.E. *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção da sua hegemonia*. 2008. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHUMACHER, E.F. *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010a.

SOUZA, J. Uma nova classe social. *Le Monde Diplomatique Brasil*, v.4, n.40, p.7, 2010b.

SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido em 17/4/2012,
reapresentado em
30/7/2012 e aceito para
publicação em 19/9/2012.

PRISCILLA NOGUEIRA Doutoranda | Bauhaus-Universität Weimar | Institut für Europäische Urbanistik | Belvedererallee 4 D-99421, Weimar, Alemanha | E-mail: <priscillarquiteta@gmail.com>.